

# Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala

## Como o Exército dos EUA Pretende Lutar e Vencer as Próximas Guerras

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

**D**urante muitos anos, tanto a Academia Militar das Agulhas Negras quanto a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ensinaram, em suas aulas de tática, que “a melhor arma contra um carro de combate era outro carro”. No entanto, essa assertiva, tomada ao pé da letra, é errônea. Aeronaves de ataque constituem a maior ameaça contra formações blindadas. O caça de apoio aéreo aproximado *A-10 Thunderbolt II*, com seu poderoso canhão antitanque *GAU-8A* de 30 mm, ou o helicóptero *AH 64-D Apache Longbow*, cujo diversificado arsenal inclui o míssil guiado a laser *Hellfire*, por exemplo, adquiriram notoriedade por serem implacáveis destruidores de tanques<sup>1</sup>. Na Segunda Guerra Mundial, o caça-bombardeiro britânico *Typhoon Mk 1B*, dotado de oito foguetes de 60 libras, além de quatro canhões de 20 mm instalados nas asas, mostrou-se extremamente eficaz em missões de ataque ao solo<sup>2</sup>. Convém lembrar que a controvérsia envolvendo os generais Rommel, Rundstedt e Guderian acerca do

posicionamento das reservas blindadas alemãs para se anteporem à invasão da costa setentrional francesa, em 1944, girava em torno da capacidade de o poderio aéreo aliado impedir o movimento das divisões *Panzer* para o norte.

Mesmo se desconsiderarmos os vetores aéreos, dificilmente poderíamos ter no próprio carro de combate a melhor opção contra blindados. Os alemães, que, com justo reconhecimento, se tornaram célebres por sua excelência tática na guerra de movimento, dificilmente concordariam com essa ideia. Eles preferiam empregar o canhão antiaéreo *FLAK 18* de 88 mm com “alça zero”, fazendo judicioso uso do terreno, para criar uma forte barreira antitanque, enquanto seus blindados ficavam livres para avançar em profundidade, atacando os pontos mais vulneráveis do dispositivo inimigo<sup>3</sup>. O atrito gerado pelo engajamento direto entre unidades blindadas era tido como contraproducente, a exemplo da derrota sofrida na batalha de Kursk, travada em julho de 1943



Militares da Guarda Nacional do Estado de Arkansas com a 1036ª Companhia de Engenharia de Jonesboro, Arkansas, detonam um sistema de carga linear de abertura de brecha M58 no National Training Center, em Fort Irwin, Califórnia, 16 Aug 15. (Foto do Maj W. Chris Clyne, 115º D Com Soc Mv)

na frente russa — o maior confronto de tanques da Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup>. Anos depois, as lições extraídas da Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, corroboraram a visão tática dos alemães.

Então, por que nossas escolas se mantiveram fiéis, por tanto tempo, ao axioma mencionado no primeiro parágrafo?

Quando a Força Expedicionária Brasileira foi enviada para lutar na Itália, nosso Exército foi redesenhado aos moldes do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), que, naquela época, não contava com nenhuma arma anticarro eficaz. A maior parte do arsenal disponível, como o canhão M3 de 37 mm<sup>5</sup>, por exemplo, era inofensiva diante dos espessos 100 mm da blindagem frontal de um temível *Panzer VI Tigre*<sup>6</sup>. Como os aliados preferiam empenhar seus meios aéreos em conformidade com a “Doutrina Trenchard”, isto é, bombardeando os centros industriais e os núcleos urbanos da Alemanha nazista<sup>7</sup>, restavam-lhes poucas alternativas a não ser empregar o próprio carro de combate como arma antitanque.

Esse pequeno exemplo se presta tão somente para demonstrar o quanto as circunstâncias são importantes no processo de formulação doutrinária. Não devemos ignorar o contexto mais amplo que envolve a criação e a aceitação de um conjunto de princípios teóricos, segundo os quais pretendemos reger o emprego do instrumento militar, sob pena de nos apegarmos, de forma intransigente, a dogmas insustentáveis e, por vezes, incoerentes — ainda que, não raro, essa seja uma tendência natural.

Tal advertência torna-se particularmente relevante no momento em que o teor do novo Manual de Campanha 3-0, *Operações (FM 3-0, Operations)*, mais importante publicação doutrinária do Exército dos EUA, começa a reverberar no âmbito do Exército Brasileiro. Ou seja, tão importante quanto saber “quais ideias são expressas” no novo manual é saber “por que essas ideias são expressas”.

Devemos atentar, também, para aquilo que cada leitor busca encontrar em suas páginas, de acordo com suas próprias convicções e preconceitos, por meio de uma leitura seletiva, orientada para conclusões previamente determinadas. Nesse sentido, vale reiterar o que

observou o historiador Robert Baumann: “as pessoas se mostram mais receptivas às novas evidências que se ajustam a pontos de vista já aceitos do que às evidências que os contradizem”<sup>8</sup>. Na psicologia, essa predisposição mental, inerente a todo ser humano, denomina-se “viés de confirmação”<sup>9</sup>.

Cabe lembrar que, no início do século XX, o Exército Brasileiro encontrava-se, genuinamente, empenhado na correção das graves deficiências apresentadas durante a Campanha de Canudos<sup>10</sup>. A “reforma militar” em curso buscou seu referencial na doutrina alemã, cujos preceitos representavam a quintessência da guerra moderna. Na verdade, o exército de Scharnhorst, Gneisenau, Clausewitz e Moltke tornou-se modelo não só para o Brasil, mas para a maioria dos países ao redor do planeta.

Entretanto, em face das surpreendentes inovações tecnológicas postas à prova nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial e da derrota alemã em novembro de 1918, o Exército Brasileiro viu-se, mais uma vez, diante do desafio de modernizar-se. Em 1920, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Militar Francesa, chefiada pelo General Maurice Gamellin. Durante as duas décadas seguintes, esse pequeno grupo de oficiais esteve à frente de significativas mudanças introduzidas na Força Terrestre. Mas, por um capricho da história, quando a Wehrmacht invadiu a França desbordando a Linha Maginot, em maio de 1940, Gamellin era o Comandante-Chefe Aliado<sup>11</sup>. O notável sucesso da *Blitzkrieg* tornou evidente o renascimento da guerra de movimento e a obsolescência da doutrina francesa centrada nas operações defensivas.

Com o desenrolar da guerra na Europa e o engajamento dos EUA na defesa do Hemisfério Ocidental, o Brasil foi atraído para a órbita de influência norte-americana. A partir da criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, em 1943, a doutrina vigente no Exército dos EUA tornou-se o principal referencial teórico para os soldados brasileiros. É digno de nota que, dentre todas as nações do globo — incluindo os tradicionais aliados dos EUA, como Inglaterra, França, Canadá e Austrália — o Brasil tenha o maior número de oficiais estrangeiros diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior, sediada em Forte Leavenworth. Ao todo, 315 alunos brasileiros graduaram-se naquele estabelecimento de ensino entre os anos de 1943 e 2018.

Todavia, mesmo tendo a principal potência militar do planeta como referência em termos doutrinários, o célere e irreversível processo de incorporação de novas tecnologias tem dificultado sobremaneira a manutenção de um ritmo adequado de evolução teórica e conceitual. Muitos preceitos, sobretudo aqueles relacionados ao combate convencional, têm sido frequentemente adquiridos em decorrência de abstrações doutrinárias, que buscam mitigar mais de sete décadas de ausência de tropas em um campo de batalha de média e alta intensidade. Entretanto, o sentido de urgência dado ao desejo de suprir essa lacuna não deve comprometer a evolução da Força Terrestre no médio e longo prazo. Ao contrário, exige uma abordagem crítica que vai muito além da mera “importação” de soluções pré-formatadas. Assim sendo, o presente artigo visa a oferecer uma modesta contribuição às discussões em torno da edição de outubro de 2017 do manual de campanha FM 3-0, analisando as reais perspectivas das operações de combate em larga escala no atual contexto geopolítico.

## **Um Histórico de Mudanças: Síntese da Evolução Doutrinária do Exército dos EUA**

Ao contrário do que aconteceu com o Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai, engajando-se em questões nacionais relevantes como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o Exército dos EUA, ao término da Guerra de Secessão (1861-1865), voltou-se para dentro de si mesmo, dedicando-se a temas estritamente profissionais e experimentando um significativo amadurecimento institucional. Seu papel nas chamadas Guerras Índias (1870-1900) e, por conseguinte, na “marcha para o oeste” jamais transcendeu a expressão militar.

Contudo, quando as duas guerras mundiais eclodiram na primeira metade do século XX, o Exército dos EUA, assim como todos os outros exércitos do planeta, não se encontrava verdadeiramente pronto para o tipo de combate travado nas planícies da Europa, nas ilhas do Pacífico e nos desertos do norte da África. O número excessivo de baixas durante a ofensiva Meuse-Argonne em 1918, a perda das Filipinas em 1941 e a derrota sofrida no passo de Kasserine em 1942 ilustram o quão inapropriados eram os preceitos que regiam as forças norte-americanas no início de

sua participação nos dois conflitos<sup>12</sup>. Assim sendo, a evolução doutrinária que se fazia necessária se deu no decurso das próprias guerras.

Nos anos 1950, a criação da “Divisão Pentômica” (divisão de infantaria com unidades subordinadas de base cinco) foi a resposta doutrinária do Exército dos EUA ao advento das armas nucleares<sup>13</sup>. Na década seguinte, o programa de reestruturação da Força denominado ROAD (*Reorganization Objective Army Division*) buscou uma solução mais flexível, que se adequasse tanto a um campo de batalha convencional quanto nuclear. Foi de acordo com o “modelo ROAD” que o exército norte-americano travou a Guerra do Vietnã.

Naturalmente, a traumática experiência vivida nas selvas do Sudeste Asiático constituiu um ponto de inflexão na história do Exército dos EUA. A longa e cruenta luta na península da Indochina tornou evidente graves problemas, incluindo liderança precária, racismo, uso abusivo de drogas, treinamento insatisfatório e indisciplina — fatores que contribuíram para o colapso moral na linha de frente e, por conseguinte, para o cometimento de crimes de guerra, em especial, o ataque indistinto à desafortunada população nativa. Autoridades civis e militares adotaram uma postura pragmática diante do fracasso no Vietnã: simplesmente, mostraram-se determinadas a não incorrer no mesmo erro permitindo que soldados norte-americanos fossem enviados para combater em outra guerra irregular como aquela<sup>14</sup>. Também estava claro que o fragilizado exército que se retirou da Indochina, em 1973, não possuía condições de sobrepujar as forças do Pacto de Varsóvia em um eventual combate convencional em larga escala travado nas planícies da Europa. Naquele mesmo ano, a luta renhida entre árabes e israelenses, no deserto do Sinai e nas colinas de Golã, serviu de alerta quanto aos potenciais riscos e desafios de um confronto direto entre forças regulares de maior envergadura. Estava claro que algo precisava ser feito.

Inaugurando um período de enormes mudanças, foi criado, ainda em 1973, o Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command* — TRADOC). Em 1976, era publicada nova edição do Manual de Campanha 100-5, *Operações* (*FM 100-5, Operations*) dando ênfase àquilo que ficou conhecido como “Defesa Ativa”. Em 1982, foi apresentada nova versão do manual, cujo teor revisado abandonava a

proposição defensiva anterior e trazia como grande inovação doutrinária o conceito de “Batalha Ar-Terra”<sup>15</sup>.

Em 1991, quando tropas norte-americanas lutaram pela libertação do Kuwait, a doutrina da “Batalha Ar-Terra” representou o combate de armas combinadas em seu estado da arte. Soldados bem treinados, conduzidos por líderes competentes, dispunham da mais moderna tecnologia de combate. Décadas de vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento resultaram nos mais avançados sistemas de armas e equipamentos de emprego militar: carros de combate *Abrams*, viaturas blindadas *Bradley*, helicópteros de ataque *Apache* e de assalto *Black Hawk*, caças *F-18 Hornet*, bombardeios *stealth F-117* e uma infinidade de outros meios, incluindo veículos aéreos não tripulados, informações satelitais, equipamentos optrônicos de visão noturna e sofisticados recursos de pontaria e guiagem a *laser*. Além disso, sistemas de redes robustos integraram computadores ao processo decisório, assegurando tanto o aumento da capacidade de comando e controle dos comandantes táticos quanto o emprego sincronizado das unidades de combate<sup>16</sup>. A campanha cognominada Operação *Desert Storm* foi a mais rápida e mais completa vitória militar da história dos EUA<sup>17</sup>.

Entretanto, a despeito do sucesso, os líderes militares norte-americanos admitiam que suas forças armadas necessitavam sofrer reformulações. A doutrina da “Batalha Ar-Terra” fora concebida com o propósito de sobrepujar as forças do Pacto de Varsóvia, no teatro de guerra europeu. Nessa hipótese, as tropas norte-americanas dispunham de unidades pré-posicionadas e da infraestrutura da Europa ocidental: portos, aeroportos, depósitos, armazéns, hospitais, extensa malha rododiferroviária, bases militares, etc. A Guerra do Golfo de 1991

#### O Cel Alessandro Visacro

foi declarado Aspirante a Oficial da arma de Infantaria pela turma de 1991 da Academia Militar das Agulhas Negras. Exerceu as funções de oficial subalterno no 29º BIB e no 26º BI Pqdt. Comandou a 3ª Cia F Esp e o 1º BFEsp. Foi oficial de operações do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 17º contingente brasileiro, no Haiti, e Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Especiais. Atualmente, o Coronel Visacro exerce a função de oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, no Fort Leavenworth, Kansas.



O navio Arca da Paz (T-AH 866) do Exército de Libertação Popular (Marinha) da República Popular da China foi um dos 42 navios e submarinos que representaram 15 nações parceiras durante o Exercício RIMPAC 2014. A China enviou esse navio em missão de ajuda humanitária à Venezuela. (Foto da Marinha dos EUA, 2º Sargento Shannon Renfro)

evidenciou que, no mundo pós-Guerra Fria, os EUA deveriam estar aptos a desdobrarem, com rapidez, tropas em qualquer parte do planeta, projetando força a partir de seu próprio território.

O cerne do problema residia no fato de que o Exército dos EUA possuía, basicamente, dois tipos de unidades: as leves (infantaria), capazes de se desdobrar com a rapidez necessária, porém dotadas de um poder relativo de combate tal que as impedia de conduzir operações independentes; e as pesadas (blindadas), cujo grande poder relativo de combate assegurava-lhes a capacidade de operar de forma isolada; no entanto, partindo da América do Norte, consumiam um tempo excessivo para se encontrarem prontas em uma longínqua zona de guerra. Era preciso, portanto, dispor de estruturas intermediárias, isto é, forças combinadas de médio porte — rápidas o bastante para atenderem a qualquer contingência e suficientemente fortes para, sozinhas, engajarem qualquer tipo de inimigo<sup>18</sup>. Surgiu assim a Brigada Stryker (*Striker Brigade Combat Team — SBCT*), capaz de projetar força em qualquer ponto do globo em um prazo de 96 horas e operar de forma independente por até dez dias, incluindo 72 horas de efetivo combate<sup>19</sup>.

Com as perspectivas de uma “nova ordem mundial” hegemônica advinda do colapso da União Soviética e do fim da Guerra Fria, além de exponenciais avanços no campo da ciência e tecnologia (guerra centrada

em redes, armas inteligentes, *drones*, etc.), os EUA esperavam alcançar vitórias rápidas, decisivas e com uma incidência mínima de baixas e danos colaterais. A ferramenta conceitual com a qual os militares norte-americanos acreditavam ser possível obter tais resultados denominava-se “Operações Baseadas em Efeito”<sup>20</sup>. Uma campanha fulminante, aplicando poder de combate reduzido, porém avassalador, deveria obedecer à teoria do “Choque e Pavor” de Harllam Ullman e James Wade<sup>21</sup>. Essas foram as premissas que guiaram as tropas norte-americanas durante os 21 dias da exitosa ofensiva que destituiu Saddam Hussein do poder no Iraque, em 2003<sup>22</sup>.

Entretanto, as ações empreendidas na Ásia Central e no Oriente Médio em nome da “Guerra Global Contra o Terror” deram início a longas campanhas de contrainsurgência. A despeito da notável proficiência tática exibida nos campos de batalha, seus resultados imediatos não foram apenas insatisfatórios, mas, do ponto de vista político e estratégico, representaram um verdadeiro desastre.

Depois de 15 anos de esforços militares no Afeganistão, a guerrilha Talibã controlava uma área maior do que aquela que possuía quando as primeiras equipes de forças especiais norte-americanas ingressaram no país. Além disso, a produção de ópio e, por conseguinte, o tráfico de heroína aumentaram significativamente. Tampouco se extirpou a ameaça

representada por islamitas radicais e outras organizações extremistas<sup>23</sup>. De acordo com John Arquilla, em 2001, ocorreram cerca de 2 mil incidentes passíveis de serem qualificados como atentados terroristas em todo o mundo. Essas ações deixaram um saldo de, aproximadamente, 14 mil mortos e feridos. Em 2015, o total de ataques chegou a 15 mil e o número de vítimas alcançou a cifra de 80 mil pessoas<sup>24</sup>.

Na verdade, as iniciativas militares lideradas por Washington em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro conflagraram todo o volátil Oriente Médio, com a ingênua presunção de disseminar a democracia ocidental. Os levantes populares da chamada Primavera Árabe, em pouco tempo, se degeneraram em luta fratricida. Ondas de refugiados, provenientes dos conflitos na Líbia e na Síria, inundaram a Turquia, o Líbano, a Jordânia e, em menor medida, a Europa. Além de revelar a tragédia humanitária, o fluxo migratório para o Velho Mundo tem causado enorme impacto demográfico, cultural, político e econômico, cujas consequências, até o momento, não podem ser corretamente avaliadas. Ademais, o imbróglio criado pela efêmera ascensão do Estado Islâmico e a sobrevivência do combalido regime do ditador Bashar al-Assad, em Damasco, permitiu a reinserção da Rússia como ator de destaque na região. Como se não bastasse, o Irã — principal antagonista norte-americano no Oriente Médio — tornou-se o maior beneficiário das guerras do Afeganistão e do Iraque. Afinal, o que, de fato, se conseguiu com ambas as intervenções foi a deposição de autocracias anti-xiitas radicais em Cabul e Bagdá, restaurando a histórica área de influência do Império Persa.

Mas, ao retornarem da “Longa Guerra”, os soldados dos EUA se depararam com um cenário geopolítico significativamente distinto daquele que existia há 15 anos, quando iniciaram sua luta contra a Al Qaeda e outras organizações filiadas, representantes do salafismo jihadista internacional<sup>25</sup>. A hegemonia norte-americana tornara-se contestada por Estados nacionais que demonstram capacidade crescente de se oporem ao poderio bélico norte-americano em termos regionais ou que estão, efetivamente, determinados a reduzir a sua influência em áreas críticas ao redor do mundo. Ou seja, Rússia, China, Irã e Coreia do Norte — explicitamente nominados nas páginas do novo manual e, doravante, considerados “ameaças com poder

de combate equiparado ou quase equiparado”<sup>26</sup>. De acordo com o General Michael Lundy, comandante do Centro de Armas Combinadas e responsável pela mais recente versão do FM 3-0: “como o Exército e as forças conjuntas se mantiveram focadas na contrainsurgência e no contraterrorismo, nossos adversários observaram, aprenderam, adaptaram, modernizaram-se e conceberam estratégias que nos colocam em uma posição de relativa desvantagem em lugares onde nós, talvez, tenhamos de lutar”<sup>27</sup>.

Segundo o Major Alessi-Friedlander, do Exército dos EUA, “[h]á muitos paralelos entre o que o Exército dos EUA está vivendo hoje e o que enfrentou há 40 anos. [...] Após mais de uma década nos arrozais e selvas do Vietnã, o Exército dos EUA se viu completamente despreparado para um potencial ataque pelo Exército Vermelho e seus aliados”<sup>28</sup>. Decerto, essa perspectiva sugere um retorno às tradicionais formas de beligerância, isto é, o “*American way of war*”, em detrimento da complexa e, aparentemente, infrutífera luta contra atores armados não estatais.

Ao tentarem formular o “novo” problema que tinham diante de si, os doutrinadores norte-americanos identificaram algumas condicionantes que deveriam, necessariamente, guiar-lhes na busca de uma solução apropriada, quais sejam:

- darem início a uma campanha militar em situação de desvantagem;
- verem-se desafiados, simultaneamente, em todos os domínios (terrestre, naval, aéreo, espacial e cibernético);
- operarem em um ambiente regido por “atividade hipercaótica”, cujo ritmo acelerado dos acontecimentos estabelecerá novos padrões de tempo e uma dinâmica, consideravelmente, mais rápida e intensa; e
- engajarem-se em um campo de batalha exponencialmente mais letal do que as ruas de Bagdá ou as remotas montanhas do Hindu Kush.

Assim sendo, o cerne do novo FM 3-0 enfatiza, de forma objetiva, o combate convencional em larga escala, abrangendo todos os cinco domínios mencionados anteriormente, além dos esforços no ambiente informacional. Pretende-se que a ação decisiva contra uma ameaça dotada de poderio bélico equivalente resulte da hábil combinação entre operações ofensivas, defensivas e de estabilidade, instrumentalizadas por meio de

manobras conjuntas sofisticadas e interdependentes, denominadas “Combate em Múltiplos Domínios” (*Multi-Domain Battle*).

## Ameaças com Poder de Combate Equiparado

O fato de Rússia, China e Irã desafiarem a hegemonia norte-americana retrata uma dinâmica multipolar muito próxima do cenário previsto por Samuel Huntington em sua controversa obra *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*<sup>29</sup>. De qualquer forma, as preocupações do governo de Washington não parecem infundadas diante da redefinição do arranjo geopolítico global.

A **Rússia** tenta restaurar o prestígio, o poder e a influência perdidos ao término da Guerra Fria. Em agosto de 2008, Moscou, sob alegação de apoiar o movimento emancipacionista da Ossétia do Sul, lançou uma rápida e decisiva ofensiva terrestre contra a Geórgia, no Cáucaso. No ano de 2014, em resposta à aproximação da Ucrânia com a União Europeia, o Kremlin interveio militarmente em favor dos separatistas na bacia do rio Donetz, anexando a estratégica península da Crimeia, no Mar Negro, cujo porto de Sebastopol é de importância capital para a frota russa. Desde setembro de 2015, o governo de Vladimir Putin vem se envolvendo na guerra civil síria, o que lhe permitiu resgatar parte de sua relevância no Oriente Médio, além de obter vantagens expressivas, como o arrendamento do porto de Tartus, no Mar Mediterrâneo, pelos próximos 49 anos<sup>30</sup>. As atividades cibernéticas russas, como o ataque contra a Estônia em 2007 e a suposta interferência nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, denotam



não apenas um nível avançado de capacidades, como também a predisposição para utilizá-las<sup>31</sup>. Ademais, a Rússia tem renovado os investimentos em sua indústria de defesa, como demonstram a aquisição do caça-bombardeiro *Sukhoi Su-34* e o desenvolvimento do carro de combate *T-14 Armata* e das aeronaves *Su-57* e *MiG-35*<sup>32</sup>. Acredita-se que, em algumas tecnologias críticas emergentes, como velocidade hipersônica, por exemplo, os russos já estejam à frente dos norte-americanos<sup>33</sup>.



O Presidente da China, Xi Jinping, cumprimenta o Presidente boliviano Evo Morales no Grande Salão do Povo, em Pequim (Beijing), 19 Jun 18. A China pretende realizar investimentos expressivos na economia boliviana, sobretudo, em sua infraestrutura energética. A Bolívia é o único país sul-americano que abrange, concomitantemente, as regiões andina, platina e amazônica. (Kyodo via AP Images)

eventual teatro de guerra (não por acaso, o componente terrestre do Comando do Pacífico recebeu a incumbência de implementar a doutrina do “Combate em Múltiplos Domínios”). A China também é acusada de envolvimento em metade dos ciberataques realizados, em todo o mundo, entre os anos de 2005 e 2017<sup>35</sup>. Ademais, o governo de Pequim (Beijing) tem demonstrado enorme complacência em relação aos avanços do programa nuclear da vizinha Coreia do Norte. Entretanto, o recurso mais eficaz da grande estratégia chinesa tem sido a “geoeconomia”, isto é, “o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos”<sup>36</sup>. Valendo-se de um capitalismo estatal poderoso e agressivo, orientado não pela dinâmica imprevisível e imediatista das regras do mercado, mas pela consecução dos objetivos políticos nacionais de mais longo prazo, a China, com clara vantagem competitiva, tem diversificado e

A **China**, no período compreendido entre 1996 e 2017, expandiu em 665% seus gastos com defesa, incluindo investimentos em forças aeronavais e o desenvolvimento de sistemas antissatélites<sup>34</sup>. Suas pretensões em relação ao Mar do Sul da China têm chamado a atenção dos EUA e seus aliados na zona do Pacífico. O estabelecimento de robustas bases militares em recifes artificiais na área delimitada pela “Linha dos Nove Traços” tem o potencial de assegurar-lhe o controle militar da região, impedindo o acesso de forças norte-americanas àquele

expandido seus acordos comerciais e de cooperação econômica, penetrando profundamente em áreas estrategicamente sensíveis como a América Latina, por exemplo — tradicional zona de influência norte-americana. Além disso, os chineses têm sido bem-sucedidos na delicada questão que envolve a “captura” de propriedade intelectual. Parece provável que, durante a maior parte da história da humanidade, a milenar China tenha sido a maior economia do planeta. Projeções plausíveis indicam que, em bem pouco tempo, voltará a ser<sup>37</sup>.

O Irã, a despeito das pressões da comunidade internacional, permanece determinado a levar adiante seu programa nuclear. O governo teocrático de Teerã disputa com a dinastia wahabista da Arábia Saudita a hegemonia cultural sobre o mundo muçulmano. Os conflitos no Afeganistão, Iraque e Síria permitiram-lhe ampliar sua influência sobre o chamado “arco xiita,” que se estende do oeste do Afeganistão ao sul do Líbano, passando pelos antigos territórios da Pérsia, Mesopotâmia e Síria. Seus estreitos vínculos com o Hezbollah e suposto envolvimento com outras organizações extremistas denotam sua participação no terrorismo internacional. Alguns especialistas advogam que a Guerra do Líbano de 2006, entre as Forças de Defesa de Israel e o Hezbollah, foi um laboratório, onde se testaram as táticas terrestres assimétricas desenvolvidas pelo Irã<sup>38</sup>. Mais recentemente, o engajamento em defesa do regime da minoria alauita de Bashar al-Assad resultou na presença de tropas iranianas junto à fronteira de Israel. Em maio de 2018, autoridades israelenses acusaram o Irã de bombardear posições do exército nas colinas de Golã<sup>39</sup>.

Naturalmente, Rússia, China e Irã, também, veem a política externa de Washington com grande temor. A presença global dos EUA interfere em questões regionais específicas, que sob a ótica dessas potências, lhes dizem respeito. O poder econômico norte-americano é considerado invasivo e seu arsenal atômico ameaçador. Moscou se ressentido da influência ocidental, cada vez maior, sobre países limítrofes que, historicamente, têm orbitado em torno da Rússia, como é o caso de nações do Mar Báltico, do Cáucaso e da Ásia Central. Da mesma forma, o governo de Pequim desaprova a presença militar norte-americana na península da Coreia e o tratamento dispensado a Taiwan. Teerã rejeita cabalmente a ingerência dos EUA no Oriente Médio, incluindo o apoio dado à dinastia saudita, ao Estado de Israel e às pretensões nacionalistas curdas.

Considerando que os três países (Rússia, China e Irã) não adotam regimes de governo democráticos, a disseminação do liberalismo político associado a valores ocidentais lhes parece, particularmente, nociva. As chamadas “Revoluções Coloridas” são vistas com grande temor, a exemplo da Revolução Rosa na Geórgia (2003), Revolução Laranja na Ucrânia (2004), Revolução do Cedro no Líbano (2005) ou a Revolução da Tulipa no Quirquístão (2005). Convém lembrar

que, em 2009, cerca de três milhões de pessoas foram às ruas de Teerã para protestar contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad<sup>40</sup>. Não é difícil entender tais preocupações, diante das palavras proferidas pelo comandante de operações especiais dos EUA no continente europeu, em novembro de 2014, durante um seminário realizado na Estônia:

As condições de 2014 são diferentes daquelas de 1944, e as ferramentas com as quais a guerra não convencional é travada, hoje, diferem enormemente. Nós devemos deixar a visão nostálgica das remotas bases de guerrilha em territórios inacessíveis e nos adaptarmos a um mundo de comunicações instantâneas, transferência de dados, resistência não violenta, guerra cibernética e econômica, e manipulação da lei internacional para minar a soberania nacional. [...] Na nossa era, é mais provável que a guerra não convencional assuma a forma de um movimento de resistência civil, ainda que manipulado por poderes estrangeiros, que provoque uma resposta violenta das autoridades, com o propósito de destruir a legitimidade do governo aos olhos da comunidade internacional. Empreender e enfrentar essa nova forma de guerra não convencional demanda grande sofisticação e agilidade<sup>41</sup>.

Ou seja, o atual ambiente geopolítico parece tão hostil e desafiador sob a perspectiva russa, chinesa ou iraniana quanto sob o ponto de vista norte-americano. Mas qual a lógica embutida nas iniciativas estratégicas levadas a cabo pelos “Estados com poder de combate equiparado”? E, sobretudo, quais as implicações dessas iniciativas para a doutrina expressa no FM 3-0?

Espectadores da surpreendente demonstração do poderio bélico norte-americano durante a Guerra do Golfo em 1991, esses países se convenceram de que os EUA haviam se tornado virtualmente imbatíveis em um campo de batalha convencional. Nenhuma outra força armada do planeta poderia confrontar-lhes, aventurando-se em um embate campal direto, conduzido de acordo com a ortodoxia que, até então, havia regido a guerra entre as nações<sup>42</sup>.

Anos mais tarde, em fevereiro de 1999, dois oficiais da Força Aérea chinesa, Qiao Liang e Wang Xiangsui, publicaram um livro intitulado *A guerra*



Gen Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa. (Foto cedida pelo Ministério da Defesa da Federação Russa)

*além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização.* A obra propunha ações e procedimentos que transcendiam as usuais táticas militares, visando a compensar a inferioridade militar de países emergentes, como a China em particular, no caso de um conflito envolvendo meios de alta tecnologia<sup>43</sup>.

Segundo os autores:

[A] guerra como nós a conhecíamos, descrita em termos gloriosos e dominantes, até a conclusão do recente conflito, marcando um ápice na história militar, deixou de ser considerada um dos mais importantes eventos no cenário mundial, e passou a ter a importância de um ator secundário. [...] A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando, assim, uma nova era. [...] Tudo isso ainda é indeterminado. A única

conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. [...] A guerra, que se submeteu às mudanças da moderna tecnologia e do sistema de mercado, será desencadeada de formas ainda mais atípicas. Em outras palavras, enquanto presenciemos uma relativa redução na violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica<sup>44</sup>.

Recentemente, o Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, General Valery Gerasimov, também fez menção à adoção de estratégias mais ecléticas, não calcadas exclusivamente no uso do instrumento militar:

A ênfase no conteúdo dos métodos de enfrentamento está mudando em direção ao amplo emprego de medidas políticas, econômicas, diplomáticas, informacionais e outras medidas não militares, implementadas com

o envolvimento do potencial de protesto de uma população. Formas e meios não militares de luta têm sido objeto de um desenvolvimento sem precedentes, adquirindo um caráter perigoso e, às vezes, violento<sup>45</sup>.

Assim sendo, a conduta dos “Estados com poder de combate equiparado” parece se subordinar, claramente, a três premissas:

- Um embate direto contra as forças armadas dos EUA seria extremamente desvantajoso e arriscado e, portanto, deve ser evitado.
- Outros meios, que não as alternativas militares tradicionais, devem ser empregados na consecução dos objetivos nacionais; isso significa atribuir maior ênfase às ações políticas, diplomáticas, geoeconômicas e informacionais, em detrimento das ações no campo militar, bem como desenvolver outros métodos indiretos de engajamento, como, por exemplo, guerra não convencional, operações de informação e guerra cibernética.
- Dispor de poderio bélico convencional que, embora não seja suficiente para lhes assegurar uma vitória militar definitiva sobre os EUA, permita-lhes alterar a relação custo benefício de uma eventual intervenção norte-americana, tornando-a desvantajosa e criando, assim, um impasse estratégico do qual possam tirar proveito, explorando as ambiguidades e contradições do sistema internacional.

Dessa forma, as opções políticas e estratégicas traçadas por Moscou, Pequim e Teerã se desenvolvem, em linhas gerais, de acordo com a seguinte sequência lógica:

- 1º) Emprego “agressivo” de meios não militares, apoiados por alternativas militares de efeito não cinético (não letais), sobretudo operações de informação e guerra cibernética. Isso lhes permite moldar o ambiente a seu favor, reduzindo progressivamente a influência e o poder de ingerência dos EUA em determinada área geográfica, ao mesmo tempo que lhes assegura expandir sua própria presença no âmbito regional. As iniciativas geoeconômicas empreendidas pelos chineses na África e na América Latina se prestam como exemplo, assim como as ações levadas a efeito por Teerã junto às forças políticas xiitas do Afeganistão, Iraque, Síria e Líbano.
- 2º) Emprego de meios militares para alcançar objetivos estratégicos, sem, contudo, provocar uma intervenção norte-americana. Isso significa admitir uma

escalada violenta do conflito até um limite que anteceda uma ação decisiva do governo de Washington. Nessa fase, é possível observar o emprego limitado de forças convencionais, combinado com o hábil uso de ferramentas diplomáticas e informacionais, além de práticas de guerra não convencional, sobretudo, o intenso uso de *proxies*, como os russos têm feito apoiando os separatistas no leste da Ucrânia e por meio de milícias xiitas e do Wagner Group, uma companhia militar privada a serviço do Kremlin, na guerra civil síria<sup>46</sup>; bem como o Irã por meio do Hezbollah e do Janud al-Madhi, por exemplo.

- 3º) Eventual emprego de capacidades de antiacesso e negação de área (A2-AD, na sigla em inglês), valendo-se de sofisticados meios aéreos, navais e de defesa antimísseis, apoiados por operações de informação, atividades cibernéticas e de guerra eletrônica, a fim de restringir o ingresso de forças norte-americanas no teatro de operações.

Esse cenário ambíguo e difuso tem colocado em grande evidência os conceitos de “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”. De acordo com Hal Brands, o “conflito na zona cinza é uma atividade coercitiva e agressiva por natureza, mas deliberadamente concebida para permanecer abaixo dos limites de um conflito militar convencional”<sup>47</sup>. Ou seja, “a Zona Cinza se caracteriza por uma intensa competição política, econômica, informacional e militar, mais acirrada que a diplomacia tradicional, porém inferior à guerra convencional”<sup>48</sup>. O próprio General Gerasimov admite que “atualmente, o obscurecimento da distinção entre estado de guerra e de paz é óbvio”<sup>49</sup>.

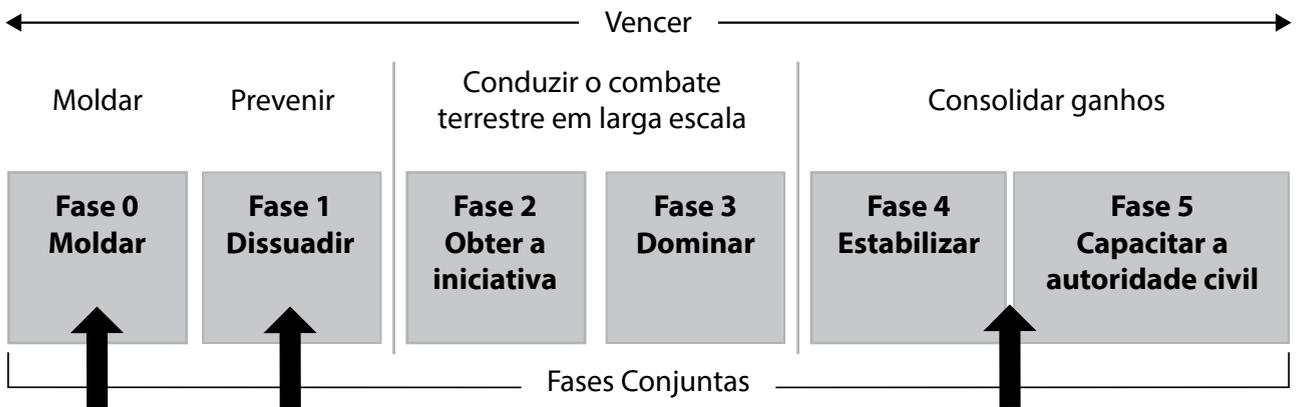
Segundo John Troxell, “a guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo”<sup>50</sup>. O que temos, de fato, é o exercício da tradicional *realpolitik* com um portfólio mais diversificado de meios e, talvez, com menos amarras morais. Não apenas os Estados fazem parte dessa dinâmica. Afinal, diante da vigorosa ascensão de atores não estatais (armados ou não) e do advento da sociedade pós-industrial, a ordem internacional tornou-se visivelmente mais complexa, a ponto de colocar em dúvida a própria eficácia do sistema westfaliano.

As disputas geopolíticas sempre foram comparadas a uma partida de xadrez. Entretanto, parecem existir novas regras em um mundo globalizado e profundamente afetado pela Revolução Digital, no qual as distâncias e o tempo foram virtualmente abolidos e o poder sensivelmente degradado<sup>51</sup>. Imaginemos, então, um tabuleiro que comporta mais de dois adversários ao mesmo tempo. Algumas peças são autônomas, possuem vontade própria, movendo-se de forma independente. O perfil de jogo das peças sofre modificações no decorrer da partida — a torre avança na diagonal como um bispo, e um peão re-

O próprio FM 3-0 reconhece que os adversários dos EUA preferem atingir seus objetivos sem engajarem diretamente suas forças em combate<sup>53</sup>. E vai além: “as forças opostas retratam inimigos dotados de moderna tecnologia para gerar combinações de ameaças convencionais, irregulares e disruptivas em cada um dos cinco domínios e no ambiente informacional”<sup>54</sup>, ou seja, adversários aptos a travar a Guerra Híbrida. Segundo o Coronel Pat Proctor, do Exército dos EUA:

Desde o fim da Guerra do Vietnã, o Exército teve de lutar um total inferior a 30 dias de combates de alta intensidade.

Papéis estratégicos do Exército dos EUA



As setas indicam a maior probabilidade de emprego de forças norte-americanas. (Adaptado do manual FM 3-0, *Operations*)

**Figura 1. Relação entre os papéis estratégicos do Exército e as fases conjuntas**

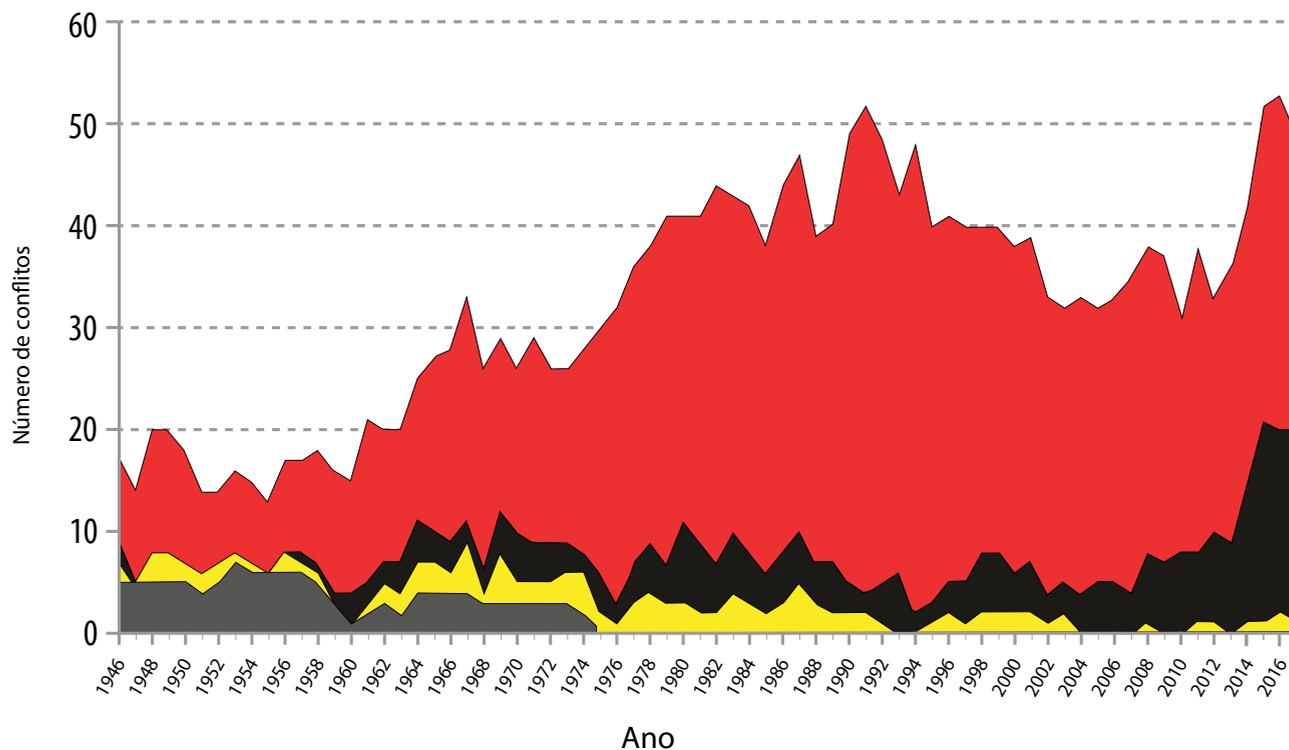
trocede várias casas! Os jogadores são livres para se movimentarem sem respeitar o tempo destinado aos outros adversários... Possivelmente, essa analogia retrate os complexos desafios do século XXI de forma mais apropriada<sup>52</sup>.

As implicações de tudo isso para a doutrina expressa no FM 3-0 são claras: as forças militares norte-americanas, provavelmente, terão de desempenhar um papel estratégico importante nas fases que antecedem a deflagração de uma guerra total ou no pós-conflito. Decerto serão exigidas capacidades sofisticadas em domínios contestados por adversários com poderio bélico equiparado. Mas muito dificilmente, travarão um combate convencional de larga escala em toda sua plenitude, como advogam os mais ortodoxos discípulos de Clausewitz (figura 1).

No mesmo período, ele travou dezenas de conflitos de baixa intensidade, muitos dos quais duraram anos. Já é tempo de o Exército redefinir a si mesmo, não apenas para lutar e vencer batalhas, mas para lutar e vencer as guerras que a Nação exige — incluindo a confusa fase de estabilidade pós-conflito das guerras futuras<sup>55</sup>.

Isso nos leva a outro ponto fundamental e irrefutável: vivemos em uma era de predomínio absoluto de violência armada não estatal. De acordo com Sebastian Gorka, nos últimos 200 anos, ocorreram 460 guerras, das quais mais de 80% foram guerras irregulares, isto é, conflitos protagonizados por atores armados não estatais<sup>56</sup>. Na década de 1990, esse percentual chegou a 96%<sup>57</sup>, obedecendo à tendência

■ Guerras de descolonização ■ Guerras interestatais ■ Conflitos internos que se internacionalizaram ■ Guerras intraestatais



(Pettersson, Therese; Eck, Kristine, 2018. Organized violence, 1989-2017. *Journal of Peace Research*. 55(4): 535-547 / Uppsala Conflict Data Program / Adaptado pela *Military Review*; tradução do autor)

**Figura 2. Natureza dos conflitos armados entre 1946 e 2017**

identificada após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que se mantém até os dias atuais, como demonstra a figura 2.

David Kilcullen chama a atenção para o fato de que:

[C]onflitos entre Estados sempre foram relativamente raros e estão se tornando cada vez menos frequentes. Por outro lado, a guerra irregular tem sido historicamente a principal forma de violência organizada ao redor do planeta e é provável que continue assim [...] Com o arrefecimento das guerras no Iraque e no Afeganistão, o renovado foco dos EUA em ameaças convencionais só irá reforçar essa tendência, uma vez que a supremacia militar norte-americana significa que nenhum inimigo, no seu juízo perfeito, irá preferir lutar uma guerra convencional contra as forças norte-americanas, e isso induz todos os seus potenciais adversários — estatais ou não — ao uso de métodos irregulares [...]

Em particular, os governos que adquirirem armas nucleares, as quais lhes permitirão dissuadir ataques convencionais, deverão patrocinar ‘guerras por procuração’ contra seus oponentes<sup>58</sup>.

Tal afirmação encontra respaldo na acirrada corrida armamentista que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial. A feroz disputa entre os EUA e a União Soviética, durante a Guerra Fria, levou a um equilíbrio dos arsenais atômicos de ambas superpotências. Os riscos inaceitáveis de uma hecatombe nuclear, postulados de acordo com a teoria da “Destruição Mútua Assegurada” (MAD, na sigla em inglês)<sup>59</sup>, descartaram a opção de um confronto direto entre as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia na Europa. Por conseguinte, o embate foi traspassado para a via indireta do Terceiro Mundo. O que se pôde observar, nesse período, foi uma incontida proliferação de conflitos de baixa intensidade ao redor do planeta<sup>60</sup>.

Segundo o General Álvaro de Souza Pinheiro, “a probabilidade de conflitos de maior intensidade entre Estados nacionais desenvolvidos está decrescendo sensivelmente; mesmo que se aceite a possibilidade realística da eclosão de confrontações armadas entre atores estatais, o mais provável é que empreguem métodos assimétricos de guerra”<sup>61</sup>. Em um artigo para o *Washington Post*, o colunista Max Boot foi ainda mais enfático, assegurando que os EUA estão, simplesmente, se preparando para lutar a guerra errada<sup>62</sup>.

Na verdade, os soldados norte-americanos se veem presos em um paradoxo, que poderíamos chamar de “paradoxo do poder hegemônico”. Isto é, os EUA são obrigados a envidar esforços e investimentos expressivos, a fim de obter uma superioridade bélica incontestável, que lhes dá, apenas, a certeza de que lutarão em guerras não convencionais e conflitos assimétricos. Afinal, como observou o General Rupert Smith em sua consagrada obra “A Utilidade da Força: a arte da guerra no mundo moderno”: “o adversário costuma jogar com as nossas fraquezas e não com os nossos pontos fortes”<sup>63</sup>. De certa forma, o General Michael Lundy e o Coronel Richard Creed admitem essa aparente contradição ao afirmarem que as “forças do Exército não podem se dar ao luxo de se concentrarem exclusivamente no combate terrestre de grande vulto à custa das demais missões que a nação delas requer, mas, aos mesmo tempo, não podem se dar ao luxo de estarem despreparadas para aquele primeiro tipo de operação em um mundo cada vez mais instável”<sup>64</sup>.

Embora o novo FM 3-0 atribua, de forma explícita, ênfase ao combate convencional entre forças regulares de maior envergadura, a doutrina expressa em suas páginas não segrega “operações de guerra” e “não guerra”, admitindo a possibilidade de que o Exército dos EUA, no desempenho de todos os seus papéis estratégicos (figura 1), engaje-se em operações de contrainsurgência, ajuda humanitária, assistência militar, dentre outras, no contexto de operações de estabilidade mais amplas. Além disso, advoga o recurso à guerra irregular nos níveis estratégico e operacional<sup>65</sup>. Mais importante, ainda, reconhece que uma ofensiva calcada no poderio bélico convencional, por mais bem-sucedida que possa ser, talvez, não represente o ato decisivo de uma campanha militar. Afinal, “o sucesso tático vence batalhas, mas não é o suficiente para vencer guerras”<sup>66</sup>.

Seus idealizadores sabem que não se trata de uma obra acabada. Espera-se que os debates em torno da “nova” doutrina estimulem novas mudanças<sup>67</sup>. Porém, é temerário que os soldados profissionais cedam à tentação de se dedicarem exclusivamente (ou quase exclusivamente) às operações de combate em larga escala, se apegando ao falacioso adágio “quem pode mais, pode menos”. Afinal, a história militar demonstra, de forma inequívoca, que poderosos exércitos, concebidos para travarem grandes batalhas de atrito, quase sempre fracassam diante de obstinadas forças irregulares e suas táticas heterodoxas. Como consta do próprio FM 3-0: “uma força, qualitativa e quantitativamente, inferior pode derrotar um inimigo superior, se puder ditar os termos do combate”<sup>68</sup>. Essas são advertências importantes diante de “ameaças com poder de combate equiparado”, que têm exibido enorme propensão para iniciativas apoiadas nos conceitos de “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”.

## Conclusão

Os Estados nacionais, como entes políticos, ainda competem acirradamente entre si, guiados pela “raison d'état” e pelos preceitos realistas da escola de Hans Morgenthau. Todavia, têm diversificado as formas de enfrentamento e procurado reduzir a visibilidade de suas ações estratégicas, em face de uma opinião pública cada vez mais intolerante e impaciente e menos disposta a arcar com os custos de uma guerra total. Guerra cibernética, guerra da informação, guerra psicológica e operações clandestinas (“black Ops”) são apenas alguns dos recursos largamente empregados, de modo conjugado, com alternativas não militares, visando a complementar, apoiar, ampliar e, sobretudo, evitar uma confrontação formal<sup>69</sup>. Por esse motivo, talvez, seja prudente aprofundarmos os estudos relativos à “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”, enquanto buscamos entender melhor a nova doutrina de “Combate em Múltiplos Domínios” — ainda que esta última exerça, naturalmente, maior fascínio sobre o imaginário dos soldados profissionais.

Indubitavelmente, a disponibilidade de poderio bélico convencional se mantém imprescindível, sobretudo, como fator dissuasório. Segundo o General Lundy e o Coronel Creed: “o fato de [as forças norte-americanas] estarem preparadas para o combate terrestre de grande vulto gera uma dissuasão convincente e contribui para a estabilidade em âmbito mundial”<sup>70</sup>.



*Comprehensive Approach*", *Nação e Defesa* 5, nº 129 (2011), p. 221.

21. Caio Blinder, "Guerra Testa Teoria do Choque e Pavor", *BBC Brasil (site)*, 24 mar. 2003, acesso em 25 ago. 2018, [https://www.bbc.com/portuguese/iraque/030324\\_iraquecaiodb.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/iraque/030324_iraquecaiodb.shtml).

22. John Keegan, *A Guerra do Iraque* (Rio de Janeiro: Bibliex, 2005), p. 13.

23. Alessandro Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 32.

24. John Arquilla, "Perils of the Gray Zone", *Prism* 7, no. 3 (2018), p. 127.

25. Assad Moghadam, "The Salafi-Jihad Religious Ideology", *Combating Terrorism Center at West Point (site)*, Fev. 2008, acesso em 5 set. 2018, <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2010/06/Vol1Iss3-Art5.pdf>.

26. Mike Lundy e Rich Creed, "O retorno do Manual de Campanha FM 3-0 Operações", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 10.

27. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), Foreword.

28. Zach Alessi-Friedlander, "Learning to Win", p. 1-2.

29. Samuel Huntington, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial* (Rio de Janeiro: Bibliex, 1998).

30. Michael Kofman e Matthew Rojansky, "Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018): p. 50.

31. Laura Sheeter, "Estônia Acusa Rússia de Ataque Cibernético ao País", *BBC Brasil (site)*, 17 mai. 2007, acesso em 29 ago. 2018, [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070517\\_es-toniaataquesinternetw.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070517_es-toniaataquesinternetw.shtml).

32. Vladimir Karmozov, "Su-57 and Mig-35 Land Russian Orders During Army 2018", *AINonline (site)*, 27 Aug. 2018, acesso em 29 Ago. 2018, <https://www.ainonline.com/aviation-news/defense/2018-08-27/su-57-and-mig-35-land-russian-orders-during-army-2018>.

33. Wesley Hallman, "America's military and industry are falling behind", *Defense News* 33, nº 12 (2018), p. 29.

34. Eric Heginbotham e Richard Samuels, "A New Military Strategy for Japan", *Foreign Affairs (site)*, 16 Jul. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2018-07-16/new-military-strategy-japan>.

35. José Alves, Francisco Lopes e Rita Marque, "China é acusada de metade dos ciberataques dos últimos 12 anos", *Público (site)*, 1 jan. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://www.publico.pt/2018/01/01/infografia/china-e-acusada-de-metade-dos-ciberataques-dos-ultimos-12-anos-251>.

36. John F. Troxell, "Goeconomia", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 26-27.

37. Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações*, p. 104-105.

38. Marc Lindemann, "Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a Evolução das Táticas Terrestres Iranianas", *Military Review* 90, nº 5, Edição Brasileira (Setembro-Outubro 2010), p. 66.

39. "Israel acusa o Irã de bombardear postos do seu Exército nas Colinas de Golã", *O Globo.com (site)*, 10 Mai. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://oglobo.globo.com/mundo/israel-acusa-ira-de-bombardear-postos-do-seu-exercito-nas-colinas-de-gola-22668402>.

40. Will Irwin, "A Comprehensive and Proactive Approach to Unconventional Warfare", *JSOU* (2016), p. 11 e p. 13, [https://jsou.libguides.com/ld.php?content\\_id=21665361](https://jsou.libguides.com/ld.php?content_id=21665361).

41. Joseph L. Votel, Charles T. Cleveland, Charles T. Connert e Will Irwin, "Unconventional Warfare in the Gray Zone", *JFQ* 80 (1<sup>st</sup> Quarter 2016), p. 107-108.

42. Alessandro Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 54.

43. Qiao Liang e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, (Beijing: People's Liberation Army Literature and Arts Publishing House, 1999). [O trecho traduzido foi extraído da versão em português intitulada "A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização", tradutor desconhecido, disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf> — N. do T.]

44. Ibid.

45. Valery Gerasimov, "A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 45.

46. Frederico Aranha, "Guerra Híbrida: desvendando a PMC Wagner", *Defesamet (site)*, 7 Jul. 2018, acesso em 1 set. 2018, <http://www.defesamet.com.br/russiadocs/noticia/29702/GUERRA-HI-BRIDA-%E2%80%93-Desvendando-a-%E2%80%93CPMC-WAGNER%E2%80%93D/>.

47. John Arquilla, "Perils of the Gray Zone", p. 121.

48. Votel et al., "Unconventional Warfare", p. 102.

49. Valery Gerasimov, "A Guerra Contemporânea".

50. John F. Troxell, "Goeconomia", p. 24.

51. Sobre a degradação do poder vide Moisés Naím, *O Fim do Poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser* (São Paulo: LeYa, 2013).

52. Uma analogia mais interessante, comparando o xadrez ao Go, é apresentada por Mark McNeilly, *Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna* (Rio de Janeiro: Record, 2003), p. 37.

53. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 1-9 e 3-4.

54. Ibid., p. 2-54.

55. Pat Proctor, "Lessons Unlearned: Army Transformation and Low-Intensity Conflict", *Parameters* 47, nº 4 (Winter 2017-18), p. 45.

56. Hilary Matfess e Michael Miklaucic, *Beyond Convergence: World Without Order* (Washington: Center for Complex Operations, 2016), p. 354 e 355.

57. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, p. 7.

58. David Kilcullen, *Out of the Mountains: the coming age of the urban guerrilla* (Nova Iorque: Oxford, 2013), p. 103.

59. Henry Kissinger, *Diplomacia* (São Paulo: Saraiva, 2012), p. 730.

60. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, pp. 23-25.

61. Álvaro de Souza Pinheiro, "Crises e conflitos no século XXI: a evolução das forças de operações especiais", no prelo.

62. Max Boot, "The United States is preparing for the wrong war", *The Washington Post (site)*, 29 Mar. 2018, acesso em 1 set. 2018, [https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83\\_story.html?utm\\_term=.387ca09929ac](https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83_story.html?utm_term=.387ca09929ac).

63. Rupert Smith, *A Utilidade da Força: a arte da guerra no mundo moderno* (Lisboa: 70, 2005), p. 10.

64. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações", p. 10.

65. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 7-2.

66. Ibid., p. 1-39 e p. 7-58.

67. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações".

68. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 1-11.

69. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, p. 167.

70. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações".